



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8445 - Pôster - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: CONCEPÇÕES EM DISPUTA

Maria Simone Ferraz Pereira - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Amanda Cristina Gomes - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: CONCEPÇÕES EM DISPUTA

O presente trabalho, recorte de uma pesquisa de Iniciação Científica que culminou em um Trabalho de Conclusão de Curso, objetivou compreender o processo de formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as concepções que perpassaram sua implementação. No desenvolvimento da pesquisa foi realizado um levantamento documental de pareceres, normativas, material de preparação para a implementação, entre outros documentos e uma análise bibliográfica para respaldar a análise documental.

A BNCC é um documento que regulamenta e uniformiza o ensino nas três grandes etapas da educação, sendo elas a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (BRASIL, 2017). Ao analisarmos os documentos é perceptível, no discurso oficial, a defesa de que a Base não é currículo, mas um documento norteador, conforme o slogan amplamente divulgado: “Educação é a base” e a propagação da ideia que o documento foi amplamente discutido.

Entretanto, diferentes autores têm sinalizado os problemas no processo de formulação e implementação da Base. Segundo Calil (2015), a construção da BNCC deveria ter sido objeto de discussão séria e sistemática, resultado de um processo amplo, cujo debate abarcasse os pressupostos, eixos, objetivos e conteúdos e não apenas fragmentasse esses últimos, como foi feito.

Em relação ao processo de elaboração Costa (2018) critica a metodologia, a qual não foi evidenciada desde o início, “[...] foi sendo revelada aos poucos por meio da grande imprensa e de notas nos sites do MEC, Movimento pela Base e no portal oficial da Base. Não se sabia ao certo qual seria o próximo passo, pois em nenhum documento oficial constava essa informação” (COSTA, 2018, p.123).

Calil (2015) afirma que o autoritarismo foi presente em todas as fases, sem qualquer explicitação dos critérios adotados para sua escolha até a forma de gestão da chamada “consulta pública” e que os especialistas não representam a heterogeneidade, reduzindo os embates sobre os conteúdos a serem ensinados e a disputa de interesses.

A autora também reflete sobre a maneira como foram realizados os seminários, pois segundo ela, contemplaram apenas os intelectuais e algumas associações, como o Movimento Pela Base, deixando os estudantes e movimentos sociais fora da discussão. Nesse cenário, “[...] forjou-se a narrativa de que a BNCC foi democrática, embasada em quantificações” (HELENO, 2017, p.130).

Em relação aos atores que fizeram parte do processo de criação da Base, Cury, Reis e Zanardi (2018) criticam a forte participação da iniciativa privada, por reforçar a lógica empresarial e desconsiderar o protagonismo docente, “[...] o professor deve conhecer esta e transmiti-la aos alunos em uma relação em que o mundo é de conhecimento do professor, transmitido pelos especialistas e é, através dele – professor – que o aluno conhecerá o mundo”. (CURY; REIS E ZANARDI, 2018, p.121).

O papel dos professores, sua atuação e formação, também foram objeto de crítica de Heleno (2017), de acordo com a autora, além de não serem consultados e nem ouvidos, foram, inclusive, denunciados, criminalizados como o que ocorreu na tentativa de implementação da Escola sem Partido.

Outro aspecto que merece análise na disputa de concepções diz respeito às avaliações externas. Com um currículo praticamente unificado para todo o país, as avaliações externas acentuam a força na unificação da agenda política em prol de uma lógica meritocrática, reforçando o engessamento curricular. Segundo Marpica (2018) as avaliações são realizadas com base em conteúdos definidos nacionalmente, elaborados por especialistas, sem a participação de professores, cujos resultados fornecem um ranking e uma hierarquia das escolas.

A análise dos documentos nos ajudou compreender que, orquestrada pela iniciativa privada, a Base tem a função de regulação curricular e tende ao esvaziamento da formação das novas gerações, especialmente das classes populares. Embasada em uma política curricular comprometida com a lógica do Estado mínimo, a concepção de educação por ela proposta, segundo Schürer (2018), pode contribuir com a manutenção das desigualdades acentuando assim o apartheid socioeducacional no Brasil.

Palavras-Chave: Base Nacional Comum Curricular. Regulação. Currículo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (2017). Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a base. Brasília, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 ago. 2018.

CALIL, Gilberto. Uma história para o conformismo e a exaltação patriótica: crítica à proposta de BNCC/história. **Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 2, n. 4, p. 39-46, 2016.

COSTA, Vanessa do Socorro Silva da. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO POLÍTICA DE REGULAÇÃO DO CURRÍCULO, DA DIMENSÃO GLOBAL AO LOCAL: o que pensam os professores?** 2018. 183 f. Tese (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A globalização e os desafios para os sistemas nacionais: agenda internacional e práticas educacionais nacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 33, n. 1, p. 15-34, 2017.

HELENO, Carolina Ramos. **Contribuição à crítica da Base Nacional Comum Curricular: a máscara do conformismo na educação do Banco Mundial.** 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

SCHÜRER, Helenir Aguiar. **BNCC significa demissão em massa de professores e educação para a desigualdade.** 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2018/07/bncc-significa-demissao-em-massa-de-professores-e-educacao-para-a-desigualdade-por-helenir-aguiar-schuerer>>. Acesso em: 02 ago. 2018.